

# Senado reduz gasto com água, biscoito e papel

JORNAL DO BRASIL

25 FEV 1990

Christiane Samarco

BRASÍLIA — Quem for ao Parque Nacional de Brasília, pontualmente, às 16h de segundas e quintas-feiras, encontrará uma dezena de homens carregando um caminhão com 220 garrações cheios de água pura, tirada diretamente da fonte. Mas estará enganado quem deduzir que alguma empresa está comercializando a água do parque, conhecido na cidade como *Água Mineral*. O caminhão e os 10 homens são do Senado Federal e estão ali para driblar a falta de recursos e matar a sede de 75 senadores e cerca de 10 mil funcionários que servem à Casa.

Quando assumiu a primeira-secretaria do Senado, em 1976, o senador Mendes Canale (PSDB-MS) sonhava com o fim das mordomias, do desperdício e do excesso de pessoal. Reeleito primeiro-secretário 13 anos mais tarde, Canale levou um susto: não havia limites para os gastos com gasolina, papel, envelopes, xerox, material de escritório e até mesmo biscoitos e cafezinho, e o número de funcionários da Casa havia duplicado em vários seto-

res, como no serviço médico, onde aos 29 profissionais de 1976 já haviam se somado outros 31.

Motivos para tentar arrumar a Casa não faltavam, mas nada melhor do que o atraso na votação do orçamento da União, o que deixou o Senado sem dinheiro durante todo o mês de janeiro. Na falta de recursos, valeu a criatividade. O senador enviou um ofício ao presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Fernando César Mesquita, e conseguiu a autorização para pegar no Parque Nacional — 32 mil hectares com uma represa formada pela nascente de três rios em Brasília — a água que comprava para o consumo dos funcionários, pois o contrato com a empresa Indaiá havia acabado no dia 31 de dezembro e não havia dinheiro para renová-lo. Hoje, a rotina administrativa do Senado já assimilou a economia de cerca de NCzS 150 mil por semana, equivalente aos 450 garrações de 18 litros consumidos a cada sete dias.

**Abusos** — Mas nem só de água vivem o Senado e seus senadores. Especialmente em

ano eleitoral, quando são comuns os abusos nos gastos de papel, envelopes, cópias xerox e material de escritório em geral. A falta de limites para esses gastos acaba gerando distorções em que, na prática, o Legislativo financia boa parte da campanha para a reeleição de seus integrantes. Foi pensando em evitar os abusos que, logo depois de assumir a primeira secretaria, ainda em meados do ano passado, Mendes Canale tratou de estabelecer cotas e eliminar alguns itens consumidos na Casa.

O primeiro item que sumiu da lista de compras do Senado foram os biscoitos, o que gerou mais protestos de funcionários — que habitualmente levavam pacotes de guloseimas para consumir em casa — do que dos próprios senadores. Já não chegam aos gabinetes os 460 quilos de biscoitos a cada mês, que custam hoje cerca de NCzS 60 mil. O café, o leite e o açúcar também foram limitados por gabinete. Cada senador tem direito a cinco litros de leite, dois quilos de açúcar e um de café por semana.

A partir deste ano, o senador que quiser se

comunicar com o eleitor durante sua campanha terá que ficar atento às cotas fixadas pela primeira-secretaria, ou pagará os excessos do próprio bolso. Os envelopes, que o senador requisitava na quantidade que desejava, foram limitados proporcionalmente por unidade de da federação, ficando o parlamentar do estado mais populoso, São Paulo, com direito a 15.600 por mês. Em estados menores, como Acre e Mato Grosso, o limite é de apenas mil envelopes. Ainda assim, o consumo mensal do Senado passa de 200 mil envelopes, mas a fixação de cotas reduziu os gastos com este e outros materiais de escritório em 50%.

As cópias xerox, que quando Mendes Canale assumiu já estavam limitadas a 15 mil por semana, foram reduzidas a apenas cinco mil. E para os deputados mal acostumados que tinham por hábito recorrer às lideranças partidárias do Senado para imprimir e enviar material de campanha aos eleitores nos estados, fica o aviso de que, agora, as lideranças também têm cotas a respeitar. Mesmo assim, ainda podem gastar o dobro do permitido a cada senador.